



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 247/2024

Processo Número: **14204/2024** | Data do Protocolo: 04/06/2024 13:49:49



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100350030003800320039003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro seja oficiado o secretário de Fazenda e Planejamento para que preste as seguintes informações referentes ao financiamento de ONGs em São Paulo:

CONSIDERANDO que a imprensa noticiou a existência de uma ONG chamada “Minha Criança Trans”;

CONSIDERANDO que tal ONG viola a Constituição Federal, a Constituição do Estado e o Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que as ONGs costumam ser constituídas como associações ou fundações, nos termos do Código Civil;

CONSIDERANDO que muitas ONGs são consideradas Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), Organização da Sociedade Civil (OSCs) ou organizações Sociais (OSs) e, desta forma, têm benefícios fiscais;

A ONG intitulada “Minha Criança Trans”, independentemente de ser registrada por este ou por outro nome, recebe alguma verba pública?

Tal ONG recebe algum benefício fiscal?

A referida ONG requereu alguma verba pública ou benefício fiscal?

A secretaria tem conhecimento se os demais entes federativos dão benefícios ou isenções à ONG citada?

Pedimos que os termos “verba pública” e “benefício fiscal” sejam considerados de forma ampla, abrangendo qualquer tipo de benefício que envolva dinheiro público.

Guto Zacarias
Deputado Estadual

Justificativa

O presente requerimento, amparado no artigo 20, XVI, da Constituição do Estado de São Paulo e no artigo 166 do Regimento Interno, visa solicitar informações à Secretaria de Fazenda e Planejamento sobre o financiamento de ONGs em São Paulo, com foco específico na ONG "Minha Criança Trans".





Motivação do Requerimento:

Notícias sobre a ONG "Minha Criança Trans": A motivação inicial para este requerimento se baseia em notícias veiculadas pela imprensa que levantaram questionamentos sobre as atividades da ONG "Minha Criança Trans". Estas notícias sugerem que a ONG pode estar em desacordo com a legislação brasileira, especialmente no que tange à proteção da infância e do desenvolvimento saudável das crianças, especialmente:

1- Possível violação da legislação: As notícias mencionadas acima indicam que a ONG "Minha Criança Trans" pode estar violando a Constituição Federal, a Constituição do Estado de São Paulo e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

2- Financiamento e benefícios fiscais: É importante ressaltar que muitas ONGs, como a "Minha Criança Trans", podem se constituir como associações ou fundações, de acordo com o Código Civil. Além disso, muitas ONGs também podem ser consideradas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações Sociais (OS), o que lhes concede benefícios fiscais.

Conclusão:

Acreditamos que as informações solicitadas neste requerimento são essenciais para garantir a transparência e o bom uso dos recursos públicos, além de contribuir para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Guto Zacarias



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100390036003700300033003A005000

Assinado eletronicamente por **Guto Zacarias** em 04/06/2024 11:57

Checksum: **95873E1AC682959656932338FD2F5E60E65D7C00E080ACE42EE9871278A2A309**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100390036003700300033003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.